



DIÁRIO OFICIAL DIVERSOS

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, SEXTA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.971

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

TERMOVERDE SALVADOR S.A.

CNPJ nº 10.267.349/0001-48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da Termoverde Salvador S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As Notas Explicativas em sua íntegra, juntamente com o parecer da KPMG, encontram-se à disposição na sede da Companhia.

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 - (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber de clientes

Estoque

Impostos a recuperar

Outras contas a receber

Total do ativo circulante

NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo:

Títulos e valores mobiliários

Ativo fiscal diferido

Mútuos a receber de partes relacionadas

Outras contas a receber

Imobilizado

Intangível

Total do ativo não circulante

TOTAL DO ATIVO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE

Fornecedores

Empréstimos e financiamentos

Salários, benefícios e encargos sociais

Impostos, taxas e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Dividendos a pagar

Adiantamentos de clientes

Outras contas a pagar

Total do passivo circulante

NÃO CIRCULANTE

Outras contas a pagar

Mútuos a pagar a partes relacionadas

Empréstimos e financiamentos

Provisões para contingências

Total do passivo não circulante

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Reservas de lucros

Reserva de subvenções

Total do patrimônio líquido

TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Receita operacional líquida

Custo dos serviços prestados

Lucro bruto

Receitas e despesas operacionais

Despesas comerciais

Despesas administrativas

Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas

Receitas e despesas operacionais líquidas

Lucro antes das rec. e desp. financeiras

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras

Despesas financeiras

Resultado financeiro líquido

Lucro antes do imp. de renda e contrib. social

Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Diferido

Incentivo lucro da exploração

Lucro líquido do exercício

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício

Resultado abrangente da empresa

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Termoverde Salvador S.A. ("Companhia") foi constituída em 05 de maio de 2008. A sede da Companhia está localizada na Rodovia BA 526 s/n KM 6,5, Bairro São Cristóvão, município de Salvador - BA. A Companhia tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica, através da operação, manutenção e exploração de usina termelétrica, com o processamento do biogás de aterro como combustível. Implantada dentro do Aterro Metropolitano de Salvador, a termelétrica tem potência instalada de 19,73 MW e capacidade de produzir 150 mil MWh ao ano, equivalente a energia suficiente para atender a 50 mil residências (200 mil pessoas). A Companhia obteve as autorizações de início de operação comercial ao final de 2010 dos seguintes órgãos responsáveis: - Agência Nacional de Energia ("ANEEL"). A ANEEL concedeu autorização ao início da operação comercial por meio do processo nº 48500.001579/2009-60 e autorizada de acordo com a Resolução autorizativa nº 1.797 de 03 de fevereiro de 2009, com validade de 30 anos a partir dessa data; - Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O ONS deliberou sobre a autorização de início de operação comercial, baseado na declaração de atendimento aos requisitos dos procedimentos de rede, conforme carta ONS - 1145/100/2010; - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA). Por meio da carta CCO/352, a COELBA autorizou a conexão da unidade geradora de energia Termoverde Salvador S.A. ao seu sistema elétrico, permitindo o início da operação comercial. A usina entrou em funcionamento no início de janeiro de 2011, transformando em energia limpa o biogás gerado pela decomposição de aproximadamente 3 mil toneladas/dia (*) de resíduo urbano depositado no aterro sanitário.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Lucro líquido do exercício

Reserva de lucros

Reserva legal

Reserva de subvenções para investimentos

Dividendos distribuídos

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Lucro líquido do exercício

Reserva de lucros

Outros

Reserva legal

Reserva de subvenções para investimentos

Dividendos distribuídos

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Demonstrações dos Fuxos de Caixa - Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 - (Valores expressos em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício

Itens que não afetam o caixa:

Depreciação e amortização

Baixa de imobilizado e intangível

Encargos financ. e s/ financ., emprést. e mútuos

Outros

Provisão para contingências

Imp. de renda e contrib. social corrente e diferidos

Aumento / redução nos ativos operacionais:

Títulos e valores mobiliários

Contas a receber

Partes relacionadas

Impostos a recuperar

Estoque

Outras contas a receber

Aumento nos passivos operacionais:

Fornecedores

Partes relacionadas

Salários, benefícios e encargos sociais

Impostos, taxas e contribuições

Adiantamento de clientes

Outras contas a pagar

Caixa gerado pelas atividades operacionais

Impostos pagos sobre o lucro

Mútuos ativos - recebimento juros

Mútuos passivos - juros pagos

Empréstimos e financiamentos - juros pagos

Caixa liq. gerado pelas ativ. operacionais

Fluxo de caixa das ativ. de investimento

Mútuos ativos - aplicação

Mútuos ativos - recebimento principal

Aquisições de imobilizado

Adição de intangível

Caixa liq. gerado pelas ativ. de investimento

Mútuos passivos - captação

Mútuos passivos - pagamento principal

Empréstimos e financ. - pagamento principal

Dividendos pagos

Caixa liq. / aplicado nas ativ. de financ.

Aum.liq. do saldo de caixa e equiv. de caixa

Caixas e equiv. de caixa no início do exercício

Caixas e equiv. de caixa no fim do exercício

Variação liq. do saldo de caixa e equiv. de caixa

tado no aterro sanitário e com sua licença operacional renovada até 2024. A energia produzida abastece grandes e médias empresas, constituindo-se a termelétrica no primeiro empreendimento do Nordeste e o terceiro do Brasil a utilizar esse tipo de combustível na geração de energia elétrica em escala comercial. A venda da energia elétrica é realizada no mercado livre de energia, operacionalizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os principais contratos de compra e venda de energia elétrica são mantidos com os clientes Comerc Energia, Focus Comercializadora, Safira Comercializadora, com vigência no ano de 2020 e Sol Energias com vigência entre 2020 e 2023. A Companhia continuará implementando novas ações de performance e estratégias de comercialização de biogás e energia que preveem um aumento da capacidade de geração de biogás e energia e com isso a Companhia estima a reversão do capital circulante líquido e crescimento em seu faturamento anual. Atualmente, a aquisição do biogás é realizada da parte relacionada Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. que possui a concessão de aterro sanitário no município de Salvador - BA. A Companhia para fins do seu processo de geração de energia depende exclusivamente do fornecimento de biogás, o qual é realizado pela parte relacionada Battre - Bahia Tratamento e Transferência de Resíduos Ltda. ("Battre"). Essa operação é efetuada de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essa parte relacionada. A Battre está em processo de renovação de seu contrato de concessão para exploração do aterro sanitário, área geradora do biogás, consequentemente, a continuidade do fornecimento de biogás nas condições comerciais atuais à Companhia depende do sucesso na renovação do contrato de concessão da Battre ou de um novo acordo juntamente à Empresa que substituirá a Battre, caso essa não tenha sua concessão renovada. 2. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 3. Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4. Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. 5. Base de mensuração - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo. Principais políticas contábeis A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 6. a. Mudanças nas políticas contábeis - 6.1. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil em 1º de janeiro de 2019. AIFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (substancialmente alugueis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A Companhia avaliou todos os contratos e não identificou contratos que se enquadram nas condições acima, não havendo impactos em suas demonstrações financeiras. b. Receita de contrato com clientes - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. Receita de serviços prestados - Valorização energética - Venda de energia elétrica - As receitas com a venda de energia elétrica renovável é produzida dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários. As obrigações de desempenho são cumpridas no momento em que os direitos sobre a energia são transferidos para o cliente, sendo assim a receita é reconhecida pela Companhia, caracterizado pela transferência do direito à energia para o cliente. c. Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos, descontos obtidos e correção de débitos judiciais. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, despesas bancárias e correção de tributos e contribuições. d. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia possui incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75% até o ano calendário 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração. Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do imposto de renda somado à contribuição social é calculada conforme segue: • Imposto de Renda (IR) - Alíquota cheia => 25% (-) aplicação do incentivo fiscal 75% = 6,25%; • Contribuição Social (CS) - Alíquota cheia= 9%; IR + CS = 15,25%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. e. Imobilizado - Reconhecimentos e mensuração - Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e a provisão de perda pelo valor recuperável (impairment). Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. f. Subvenções governamentais - A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração. h. Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, exceto o CPC (R2) / IFRS 16. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). 8. Caixa e equivalentes de caixa - São compostos como segue: 2019 2018 Caixa 4 4 Bancos 1.667 1.129 Certificado de depósito bancário (CDB) 3.747 - 5.418 1.133 As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do DI de 50% em 2019, não excedendo seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. 9. Contas a receber - São compostos como segue: 2019 2018 Caixa 364 3.511 Bancos 3.813 3.689 Certificado de depósito bancário (CDB) 4.177 7.200 158 352 4.335 7.552 1.187 1.260 24.014 24.394 12 12 20% 37 (26) 11 10 4.482 4.482 2.067 56.608 (26.902) 29.706 27.743 2019 2018 Fornecedores 5.963 2.233 Partes relacionadas 714 1.447 6.677 3.680 12. Empréstimos e financiamentos - As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue: Encargos Venci-mento 2019 2018 Cap. de giro CDI + 3,00% a.a. Set/2021 253 7.535 BNDES Pré-fixado de 9,50% a.a. Mai/2020 5 25.568 258 33.103 258 16.251 16.852 13. Dividendos a pagar - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício (conforme nota explicativa nº21.d) e registrados como obrigação no passivo, respectivamente. Os dividendos a pagar são compostos como segue: 2019 2018 Solvi Valorização Energética Ltda. 1.586 - Vega Valorização de Resíduos S.A. 1.524 931 Vega Engenharia Ambiental S.A. - 969 3.110 1.900 14. Provisão para contingências - Os processos judiciais em andamento são decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por assessores legais. 2019 2018 Contingências 124 118 124 118 15. Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 está representado por 5.023.188 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo um total de R\$5.023 registrados na rubrica "Capital social". b. Reserva de lucro - Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, menos a reserva de subvenção, até o limite de 20% do capital social. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. c. Reserva de subvenções para investimentos - Foi constituída com base no art. 545 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR e refere-se ao valor do imposto que deixou de ser pago em virtude de incentivos fiscais com base no lucro da exploração. d. Dividendos - O lucro líquido do exercício terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, observando-se as disposições legais na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. 16. Receita operacional líquida - É composta como segue: 2019 2018 Venda de energia elétrica 44.902 41.076 Total receita de serviços (a) 44.902 41.076 Deduções sobre as vendas: ICMS (1.476) (3.595) PIS (737) (618) COFINS (3.397) (2.849) Total de deduções sobre vendas (5.610) (7.062) Receita líquida 39.292 34.014 (a) As receitas de valorização energética são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho. 17. Custos dos serviços prestados - São compostos como segue: 2019 2018 Energia elétrica para revenda (4.435) (3.222) Salários e encargos (1.088) (856) Aluguel de equipamentos (13) - Depreciações (3.542) (2.134) Custo de aquisição de biogás (a) (9.990) (8.461) Materiais para manutenção (377) (172) Serviços de terceiros (b) (9.155) (6.536) Créditos fiscais (c) 2.127 1.405 Outros custos de produção (448) (390) (26.921) (19.486) (a) Os valores estão líquidos da multa por penalidade da não entrega de biogás na quantidade mínima definida em contrato firmado entre as partes, no montante de R\$1.488 em 2019 (R\$769 em 2018). (b) As principais naturezas de serviços de terceiros referem-se a serviços de manutenção de máquinas e equipamentos e manutenção predial. (c) Os valores apresentados de créditos fiscais referem-se basicamente a PIS/COFINS sobre insumos. 18. Receitas (despesas) financeiras, líquidas - São compostas como segue: 2019 2018 Receitas juros sobre contratos de mútuo 69 2.140 Rendimentos sobre aplicações financeiras 138 146 Juros recebidos e descontos obtidos 710 540 Total receitas financeiras 917 2.826 Despesas bancárias (20) (39) Despesas com juros e descontos concedidos (9) (27) Despesas com juros sobre contratos de mútuos (317) - Despesas com multas e moras financeiras (147) (174) Tributos sobre movimentações financeiras (136) (4) Juros sobre financiamento (725) (3.347) Total despesas financeiras (1.354) (3.591) Total (437) (765) 19. Compromissos futuros - Em 01 de Janeiro de 2008, a Companhia firmou contrato com a Companhia Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. - Battre, no qual o objeto é a compra e venda de biogás gerado e captado no aterro sob concessão da própria Battre. Em 01 de Janeiro de 2011, iniciou a operação comercial de sua unidade industrial. O contrato é através da modalidade Take or Pay e a compradora vai investir R\$700 no sistema de captação do biogás e investir no sistema de pré tratamento da atual planta de queima e dois sopradores centrífugos estimado em R\$2.500, para que a vendedora forneça o Biogás nas características representadas abaixo: Ano 2020 2021 2022 2023 2024 Nm³/h - Biogás 16.240 16.240 16.240 16.240 16.240 Nm³/h - CH4 6.496 6.496 6.496 6.496 6.496 2025 2026 2027 2028 Nm³/h - Biogás 16.240 16.240 16.240 16.240 Nm³/h - CH4 6.496 5.841 5.181 4.595 Efeitos do COVID-19 - Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. Em 2020, devido à Pandemia de COVID-19, houve impacto significativo no preço do mercado spot de energia em decorrência da queda de demanda. A deterioração do preço de energia no mercado spot poderá dificultar o processo de renovação dos contratos de energia vigentes durante o ano de 2020, caso não haja uma retomada do preço praticado. Para o ano de 2020, os contratos vigentes representam a capacidade total de produção de energia considerando os impactos da garantia física que totalizam 14 MW. Adicionalmente, os preços praticados de acordo com os contratos vigentes são superiores aos custos de produção de energia. Dessa maneira, a Companhia avalia a tendência de mercado para avaliar as condições existentes e adotar a melhor estratégia de renovação dos contratos que terão vigência a partir de 2021. DIRETORIA: Ricardo Macieira Fontes - Diretor Geral. RETORADOR: Marcio Aparecido Utrila - CRC 1SP235229/O-2.